

A competência como aliada do acesso à informação no contexto dos ambientes informacionais digitais

ID Luciana Silva de Morais

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Técnica em Arquivo no Instituto Federal da Paraíba-IFPB. Paraíba, Brasil.
luciana.morais12@hotmail.com

ID Júlio Afonso Sá de Pinho Neto

Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba, Brasil.
sadepinhojulio@gmail.com

Resumo

Objetivo: neste artigo, busca-se discutir em que medida apenas o direito de acesso, como possibilidade de alcance à informação, pode ser insuficiente para garantir a efetividade da transparência na perspectiva do ambiente informacional digital. **Metodologia:** trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, cujos resultados são pautados na revisão de literatura realizada na base de dados Brapci, envolvendo temáticas sobre competência em informação, acesso à informação e transparência. **Resultados:** os resultados evidenciam que os novos ambientes de informação digital permitem, em grande medida, superar limitações. Entretanto, eles se mostram superficiais e mecânicos quanto à finalidade de levar mais informação sem compromisso social ou representar a transparência apenas pela conduta formal sem qualidade. Considera-se que o direito de acesso à informação enfrenta desafios diante de questões como a vulnerabilidade social, as dificuldades enfrentadas por pessoas com limitações, excesso de informação e o analfabetismo. Por outro lado, fica evidente a importância da educação continuada, do exercício ativo da cidadania, da competência crítica, das ações dos profissionais da informação e principalmente da competência em informação como aliada que combate à desinformação, potencializando o acesso e a transparência. **Conclusões:** conclui-se que a falta de competência em informação é um limitador para o acesso à informação e para a construção da cidadania ativa.

Descritores: Competência em Informação. Transparência. Lei de Acesso à Informação. Ambientes Informacionais Digitais.

Recebido em: 24.02.2025 | **Aceito em:** 15.06.2026

1 Introdução

Modernamente, a sociedade é caracterizada pela intensidade de informação que provém dos diversos ambientes, virtuais e/ou físicos, mas principalmente pela alta penetrabilidade e interatividade potencializada pela internet e pelas novas tecnologias, que tendem a modificar os hábitos e as relações sociais dos indivíduos.

É frequente, atualmente, os discursos públicos acentuados sobre o tema “acesso à informação” e “transparência pública”. Conforme os atos normativos legais, como a Lei nº 12.527 de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), Decreto nº 8.777 de 2016 (Instituição da Política de Dados Abertos), Lei nº 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e o mais recente Decreto nº 11.529 de 2023 (Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e da Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública), a transparência e o acesso à informação pública são, hoje, dimensões possíveis de alcance, possibilitando ao cidadão obter ou acessar uma quantidade elevada e crescente de informações e dados públicos. Sob um olhar de mudança histórica, o que, antes, era tido como restrito/limitado/opaco, hoje, é marcado pelo acesso, transparência e pelo excesso. No entanto, de acordo com Han (2018, p. 106), “mais informação e comunicação não esclarecem o mundo por si mesmo. A transparência não torna também [por si mesma] nada clarividente”.

É possível que, em determinado momento, a “informação se torne algo não mais informativo [*informativ*], mas sim deformadora [*diformativ*]” (Han, 2018, p. 106). Um bom exemplo disso é a proliferação das *fake news*, caracterizadas como uma ação de desinformação e ameaça à cidadania. Quanto mais informações se acentuam, mais se faz necessário o desenvolvimento da autocrítica, da capacidade reflexiva, a fim de distinguir o que é informação relevante, essencial, ilusória e o que pode ser considerado irrelevante, ou seja, dispensável.

Por outro lado, o uso das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em redes presentes na sociedade, como sistemas de informação digital e plataforma de abertura de dados *on-line*, serve como meios oficiais de comunicação formal entre a esfera pública e a sociedade, com o intuito de vencer a distância geográfica e temporal. Podemos dizer ainda que a inserção das redes sociais se consolida enquanto canal auxiliar de comunicação e transparência popular, inclusive

na disseminação de informações oficiais de instituições públicas.

Quanto à abordagem legal do direito à informação, tanto o aspecto referente ao acesso à informação como à sua transparência pode ser concebido em duas perspectivas distintas. A primeira é que tanto a lei de acesso quanto o princípio da transparência têm como regra um direito incondicional, afora exceções expressas na Lei, garantido a qualquer cidadão, sem exclusão ou qualquer distinção de status social e prescindível de justificativa, de modo que atenda critérios de clareza e igualdade.

A segunda perspectiva é que, no contexto social atual, embora a Lei, enquanto política de informação, seja imprescindível para o ato de assegurar a infraestrutura e estabelecer diretrizes que orientem o acesso, é possível considerar certa limitação no que diz respeito ao uso com efetividade ou criticidade da informação associada à formação do indivíduo. O grande obstáculo atual é a possível inexistência de aptidão para analisar, avaliar, compreender o universo informacional e valorar as informações a que tem acesso de modo apropriado. Acrescentem-se a isso as questões relativas à disparidade de oportunidade e à posição daqueles que são socialmente vulneráveis/invisibilizados. Portanto, a transparência e o acesso à informação têm em sua essência conceitual a abertura máxima de informações. No entanto, isso não significa que a sociedade seja capaz de processá-las (Maciel, 2022).

Esse ponto de vista demonstra a necessidade de refletir sob os aspectos que abrangem o entendimento de competência informacional (*Information Literacy*) ou literacia informacional e suas implicações sobre uma conscientização a respeito do acesso e transparência pública.

Na literatura do Campo da Ciência da informação, o conceito de competência informacional - ColInfo, de modo amplo, é compreendido como “a habilidade de se localizar e fazer bom uso da informação adequada, de modo a atender determinada necessidade” (Schneider, 2019, p. 73). É, portanto, mediante viés conceitual que este artigo de revisão se constrói e tem como objetivo refletir sobre em que medida apenas o direito de saber, como possibilidade de alcance à informação, pode ser insuficiente para garantir a transparência da informação na perspectiva do ambiente informacional digital. A ideia é associar a competência informacional a uma habilidade pessoal que favorece o desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva, essenciais para o exercício da cidadania, na sociedade atual, e como elemento potencializador que favorece o acesso e a transparência. Esse é o fio condutor deste estudo, que busca

contribuir com uma descrição teórica por meio da revisão de literatura seletiva e da associação entre os termos inter-relacionados.

2 Ambiente informacional digital e a possibilidade de acesso à informação

Uma das marcas da modernidade é a evolução constante das tecnologias, assim como a disponibilização da informação em tempo real. Grande parte da população, hoje, possui uma afinidade cotidiana com os meios digitais. Pode-se tomar como exemplo a internet e a câmera do celular, idealizados para o acesso e uso rápido e prático, tal qual um livro de bolso. Com o elevado acúmulo de informações veiculadas em ambientes informacionais digitais propagadas e compartilhadas pela internet, é inegável que a internet, particularmente, mediada pela tecnologia digital, provocou mudanças na prática de comunicação dos indivíduos. Enquanto campo fértil, à medida que abriu novos caminhos que se afirmaram benéficos, como a conexão rápida, comunicação entre grupos de diferentes culturas e diversidade de relações comerciais e pessoais, em contrapartida, ela caminha lado a lado com ações identificadas como danosas e que se pulverizam, a exemplo da violação da privacidade, crimes virtuais, proliferação de narrativas falsas ou irreais e ações potencializadoras de patologia social (estresse, ansiedade, fobias) gerada por vezes pelo consumo abusivo e inadequado das TICs.

À medida que a humanidade avançou, evoluiu e aprimorou sua percepção da realidade, novas tecnologias e meios de comunicação surgiram de modo contínuo. Os tradicionais canais de comunicação, como carta, rádio, televisão, telefone fixo, jornais e revistas, abrem espaço para recursos cada vez mais modernos com o uso da tecnologia e da internet. Hoje, as mídias digitais (website, redes sociais) integram e permitem o acesso a informações diversas, por meio dos *hiperlinks*. Os dispositivos móveis (notebooks, smartphones, tablets e celulares inteligentes) possuem a cada ano uma versão mais atualizada, que comporta mais recursos e que impulsiona o consumo e a comercialização. Já os serviços digitais como WhatsApp, Instagram, Webchat, blog, QR Code e Chatbot articuladas com esses equipamentos tecnológicos facilitam cada vez mais a interconexão e a comunicação entre os ambientes informacionais e seus usuários, agradando a grande parte das pessoas.

Nesse progresso evolutivo tecnológico, as mídias analógicas perdem cada vez

mais espaço, principalmente em razão da temporalidade. As cartas escritas, a exemplo, têm uma temporalidade diferente da comunicação digital. De acordo com Han (2018), ao comparar uma carta redigida à mão a uma comunicação praticada por meio de uma plataforma digital, nota-se que os efeitos da segunda se darão de modo instantâneo ou imediato, devido à conexão digital. A primeira, no entanto, por causa da essência de uma comunicação unilateral, não permite a interação rápida, dada a sua estrutura.

Para o filósofo Byung-Chul Han (2018), o espaço simétrico de comunicação, delimitado pelas novas plataformas digitais e mídias digitais, tornam-nos cada vez mais produtores e consumidores ativos simultâneos de informação, ou seja, deixamos de ser usuários passivos de informação.

A mídia digital produz uma nova tipologia do trabalho. O trabalho digital ocupa o centro. [...] o usuário e o seu aparato digitam formam, muito antes, uma unidade. Os novos caçadores não funcionam passivamente como parte de uma máquina, mas sim operam ativamente com seus aparatos móveis digitais, que se chamavam no paleolítico, de lanças, arcos e flechas. Eles não se encontram, ao fazê-lo, em perigo, pois caçam por informação com o mouse (Han, 2018, p. 76).

De acordo o autor mencionado, a mídia digital “[...] transforma decisivamente nosso comportamento, nossa percepção, nossa sensação, nosso pensamento, nossa vida em conjunto” (Han, 2018, p. 10), de modo que, por vez, não conseguimos avaliar inteiramente suas consequências. Uma de suas consequências é a desconstrução da distância (presente imediato), mas também o efeito colateral do tipo “*Shitstorm*”¹.

Destaca-se também que, quando se discutem as transformações ocasionadas pelo uso das TICs, é preciso considerar a ação intencional do homem. Sobre essa percepção, Dumer, Pinho Neto e Albuquerque (2020) ressaltam o seguinte:

[...] nenhuma técnica é capaz de agir sozinha ou causar transformações ou ‘revoluções’ por si mesma, ou seja, o direcionamento do uso das TICs, na sociedade, tem avançado em conjunto com as vontades, os desejos e a atividade dos humanos [...] (Dumer; Pinho Neto; Albuquerque, 2020, p. 223).

Desse modo, o homem e a técnica constituem uma união indissociável (Dumer; Pinho Neto; Albuquerque, 2020). Trazendo para o cenário da Administração Pública e do controle social, das informações e das ações publicadas na internet, a evolução das ferramentas tecnológicas da informação contribuiu de maneira significativa para

¹ *Shitstorm* é o termo usado para descrever campanhas difamatórias de grandes proporções na internet (Han, 2018, p. 14).

que dados públicos sejam publicizados em *sites* oficiais de entidades e instituições públicas. Um exemplo é o “Portal da Transparência” do governo federal Brasileiro, criado em 2004. Trata-se de um ambiente de acesso livre *on-line*, que permite o cidadão acompanhar e fiscalizar o uso financeiro do dinheiro público. Pode-se destacar também a Política de Dados Abertos, instituída pelo Decreto nº 8.777/2016, que prevê a obrigatoriedade de órgãos públicos do Poder Executivo Federal publicarem dados contidos em suas bases com o objetivo principal de promover e ampliar a transparência de suas ações para a sociedade (Brasil, 2016). A Política de Dados Abertos tem como princípio garantir o acesso irrestrito da informação, devendo os dados possuírem um formato aberto para uso livre do cidadão e preparado para serem automaticamente legíveis por máquinas. O Decreto nº 8.777/2016 prevê alguns dados públicos que devem ser priorizados e constar nos Portais de Dados Abertos das entidades públicas, como os relativos a servidores.

Outro canal que as entidades públicas federais possuem como infraestrutura legal para publicar seus dados e informações é o seu *site* oficial, o qual, amparado na arquitetura da informação, tem como objetivo criar uma identidade visual para se comunicar com a população. Além disso, nos últimos anos, passaram a integrar como canais de comunicação e instrumentos de transparência administrativa páginas em redes oficiais como Instagram, como meio de publicar seus programas e ações e alcançar um número maior de usuários, visto que esse canal de comunicação é utilizado atualmente em grande proporção por usuários mais jovens.

Frente ao exposto, a internet é, para muitos, identificada em associação à ideia de democracia, de abertura e acesso de dados para todos. Se, por um lado, ela possui essa dimensão necessária para outorgar atributos à transparência pública e ao direito à informação, por outro, ela não é por si só suficiente. Observa-se que essa concepção de valor é utilizada por instituições e entidades públicas como parâmetro de legitimidade social. Contudo, na prática, muitas vezes, a rede não é tão democrática e tampouco o acesso é indiscriminado. Ainda há muitos aspectos limitadores, como o alcance da internet em regiões invisibilizadas e a ausência de recursos/ferramentas aos mais desfavorecidos. Além disso, uma parcela da população mundial ainda vivencia o analfabetismo digital.

Essa perspectiva é também compartilhada na percepção de Ricardo Rossi e Valentim (2020), com base em um estudo sobre exclusão digital e práticas

relacionadas ao acesso e uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil. Os autores trazem a concepção de “infoexcluídos”, definindo-os como uma categoria/grupo de pessoas formada por lacunas geradas pela “[...] dificuldade em manusear aparelhos eletrônicos, problemas de infraestrutura, diferenças socioeconômicas, entre outros [...]” (Rossi; Valentim, 2020, p. 42).

Sobre o aspecto conceitual, para Barreto (2009), a competência digital é “ser digitalmente fluente e envolve não apenas saber como usar as ferramentas tecnológicas de navegação na web, mas também saber como construir coisas significativas com estas ferramentas” (Barreto, 2009, p. 6). Essa fluência digital, exige habilidades para buscar, assimilar e aplicar informações de maneira crítica na vida cotidiana.

Dumer, Pinho Neto e Albuquerque (2020) argumentam que, no contexto da sociedade moderna, reconhecida pela interferência de redes tecnológicas, o desafio de hoje aponta para a formação de sujeitos conscientes e esclarecidos. Há uma demanda principalmente por habilidade humana apta ao diálogo, desperta para a reflexão crítica, política e social, além de capaz de selecionar informações relevantes e confiáveis.

Tudo isso mostra que o foco não deve estar apenas na disponibilidade de acesso aos aparatos tecnológicos ou do simples acesso às informações. O que se precisa entender, é que o foco, principalmente o foco das políticas públicas para a inclusão digital, deve ser direcionado também para a questão da formação humana e para as questões que englobam a educação para a vida das pessoas (Dumer; Pinho Neto; Albuquerque, 2020, p. 225).

Sem dúvida, a introdução de novas tecnologias e o espaço *on-line* têm conquistado um lugar de protagonismo/destaque associado aos meios de comunicação digital, considerando a capacidade de interconexão da internet. No entanto, “[...] tornar a informação útil à sociedade, envolve mais do que simplesmente torná-la acessível com uso de potentes tecnologias [...]” (Dumer; Pinho Neto; Albuquerque, 2020, p. 221). Deve-se considerar as limitações geradas por esses artefatos em relação à informação, como o excesso de informação, consumismo digital, cultura organizacional, a desinformação e as questões humanas ligadas à invisibilidade e vulnerabilidade social.

3 Caminho metodológico

Esta pesquisa é um estudo teórico, caracterizada como exploratória, que se utiliza de uma revisão de literatura. Ela busca discutir e relacionar a perspectiva da expressão “competência em informação” com os estudos sobre o acesso à informação, bem como as questões inerentes ao tema, como a transparência da informação no ambiente digital. Quanto à natureza, ela pode ser considerada uma pesquisa de abordagem qualitativa, a qual busca correlacionar as diferentes implicações teóricas identificadas no escopo da literatura pesquisada. Já no que se refere aos meios, delinea-se como uma revisão de literatura, pois tem o “[...] propósito de levantar suas novas abordagens, visões, aplicações e atualizações” (Michel, 2015, p. 49).

No processo de construção desse estudo, quanto à sua execução, consideram-se quatro etapas fundamentais: (1) delimitação da pesquisa pela definição de indicadores a serem aplicados; (2) levantamento das principais produções que contemplassem abordagens diretas com a temática investigada; (3) seleção de registros adequados ao contexto da pesquisa; e, por fim, (4) a análise crítica de trabalhos selecionados (Page *et al.*, 2022).

A estratégia de busca utilizada para a recuperação dos documentos foi aplicada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), visto que é uma base de dados de grande relevância e que contempla a indexação de produções científicas no campo temático da Ciência da Informação. Para recuperação do material, foram utilizados os termos em português “acesso à informação” e “competência”, de modo simultâneo acompanhado do operador booleano AND. Considerou-se o período de janeiro de 2019 a junho 2024.

Foram identificados, inicialmente, 41 documentos. Optou-se por recuperar apenas artigos completos com acesso aberto. No processo de elegibilidade, inicialmente, recorreu-se à análise do título, resumo, introdução e conclusão. Na Tabela 1, são apresentadas as fases dessa seleção.

Tabela 1 – Fases da coleta de dados

Base de dados	Estratégia de busca	Resultado inicial	Exclusão (documento duplicado)	Exclusão (pertinência temática)	Seleção final
BRAPCI	"acesso à informação" AND "competência"	41	2	22	17

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Considerou-se como critério de inclusão documentos do tipo artigo. Como critério de exclusão, artigos publicados que não contemplassem ou não tivessem alinhamento com a proposta de investigação, bem como os artigos duplicados. Com base no material selecionado, realizou-se a leitura dos textos buscando identificar trabalhos de pesquisadores(as) que se aproximassem e pudessem contribuir com a temática, com posicionamentos próprios e conclusivos, bem como estudos que explorassem a conexão entre o acesso e a competência em informação. Assim, determinou-se uma amostra representativa de 17 trabalhos.

4 Resultados e discussões

As transformações constantes da sociedade são, em grande parte, motivadas pelo uso das tecnologias de informação e comunicação. Isso reconfigura as ações do sujeito e pode tanto potencializar o acesso à informação àqueles providos de certos privilégios, ou seja, que possuem status sociais, aptidão e habilidades, como excluir aqueles que estão fora desse contexto, que enfrentam algum tipo de dificuldade ou não possuem acesso.

Quando se observa esse movimento por outras perspectivas, a exemplo da competência em informação, obtém-se um movimento ainda mais conflitante em um espaço julgado como democrático e diante do alcance abundante e dinâmico da informação. Isso provoca, consequentemente, novos desafios às pessoas que buscam, selecionam e usam a informação, de modo contínuo, ao longo da vida.

Frente a esse contexto que se desenha em torno do direito de acesso à informação e da não garantia da transparência no ambiente informacional digital, a literatura levantada para este artigo permite observar algumas dinâmicas de estudos recentes associados à competência em informação e que podem ser refletidos no

arcabouço da Lei de Acesso à Informação.

Entende-se que a produção científica é um importante indicador científico e social que agrega conhecimento e reflete as dinâmicas de uma sociedade percebidas pelo pesquisador. Por isso, primeiramente, serão apresentados os estudos selecionados que compõem o corpus final deste estudo (Quadro 1):

Quadro 1 - Produção científica selecionada

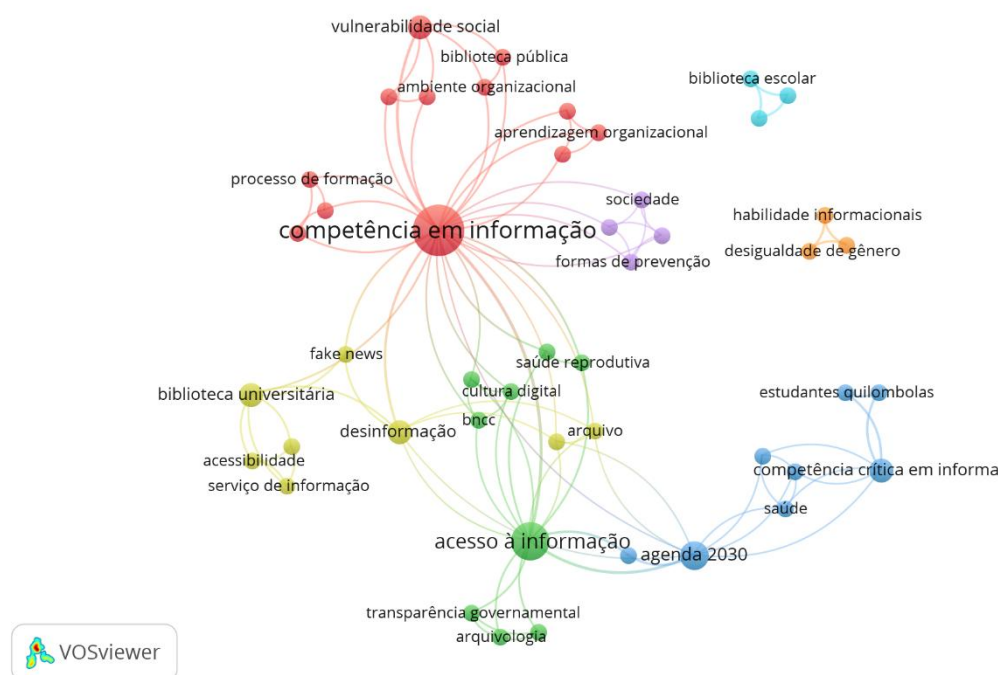
TÍTULO	AUTOR	ANO	PUBLICADOR
Transparência e Informação Pública	SANTOS, Vanderlei Batista; MELO, Josemar Henrique; GARCIA, Gabriela; DANTAS, Aurora Maia; ESTEVES, Rita de Cassia S. P. de Azevedo	2020	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia
A Influência do ambiente organizacional no desenvolvimento de um programa de competência em informação: o caso de uma Biblioteca Pública	BRITO, Tânia Regina; BELLUZZO, Regina Celia Baptista; VALENTIM, Marta Lúcia Pomim	2020	Informação & Informação
Articulação entre a competência em informação, a gestão de pessoas e a aprendizagem organizacional significativa: uma reflexão sobre novas condutas aplicáveis às bibliotecas públicas	SILVA, Rafaela Carolina; JESUS, Miriam Fernandes; GUTIERREZ, Vania Cristina Pastri; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; REIS, Daniela Pereira	2020	Informação & Informação
Inter-relação entre competência em informação e a COVID-19	VILHENA, Claudia Maria Alves	2020	Biblionline
Lei Geral de Proteção à Dados Pessoais como elemento da Agenda 2030: acesso à informação e desenvolvimento de competência crítica	ANGELO; Edna da Silva	2021	Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina
O papel da mediação da informação na biblioteca escolar	CORREIA, Erica Mariza; BELCHIOR, Cleide, Aparecida Freires; FIALHO, Janaina Ferreira	2021	Bibl. Esc. em R
As contribuições da competência crítica em informação nas práticas informacionais de estudantes quilombolas no ensino superior: relato de pesquisa	COSTA, Maria Ivone Maia; CORREIO, Renata Lira Furtado.	2021	Informação & Informação
A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias	SILVA, Arlete Ferreira; SPUDEIT, Daniela	2021	Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,
Informação pública, saúde e a Agenda 2030: averiguação sobre a disponibilização das normativas	VIOLA, Carla Maria Martellote; BRISOLA, Anna; VETTER, Silvana Maria de Jesus	2021	ENANCIB

governamentais brasileiras no combate ao novo CORONAVÍRUS			
Debates iniciais sobre o papel da competência em informação no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos	MIRANDA, Ana Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler	2022	ENANCIB
Contribuições da competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais: uma visão teórica	PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vieira	2022	Biblios
Competência em informação e formação para cidadania: uma revisão de literatura na base de dados BRAPCI	CAMPOS, Erica Silva; GERLIN, Meri Nádia Marques	2022	EDICIC
A promoção da competência em informação para a prevenção e controle da desinformação na universidade: o papel das bibliotecas universitárias	VOLOTÃO, Carina; MORAES, Marielle Barros	2022	EDICIC
Rumo a "uma sociedade do saber": abordagem etnoinformacional da "cultura da informação"	COUZINET, Viviane; LARA, Marilda L. Ginez; KOBASHI, Nair Yumiko	2022	ConCI
Cultura digital na BNCC: necessidade da competência em informação para o processo formativo do professor	BEZERRA, Fabio Araújo; VERAS, Jefferson Nunes; SILVA, Andréa Soares Rocha	2023	Brazilian Journal of Information Science: research trends
Enfrentamento a desigualdade informacional de gênero: ações de competência em informação promovidas em bibliotecas	MIRANDA, Ana Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler	2023	ENANCIB
Reflexões sobre a competência em informação nos arquivos, o combate à desinformação e a relação com a Agenda 2030	LIMA, Debora S. Oliveira; BATISTA, Iane Maria da Silva Batista; OLIVEIRA, Hamilton Vieira	2023	Biblios

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Os trabalhos selecionados possibilitaram apresentar uma reflexão referente ao acesso à informação e transparência e suas relações associadas à competência em informação, intercessões que potencializam discussões com diferentes temas sociais com base em contextos e situações cotidianas da vida humana.

Neste estudo, evidencia-se também a importância das palavras-chave enquanto indicador que melhor traduz o objeto de investigação dos pesquisadores, pois esses descritores indicam o tema principal abordado pelo(a) pesquisador(a), além de evidenciar dentro do recorte do estudo a recorrência e a relevância dos assuntos associados à pesquisa, como ilustra a Figura 1, criada com o apoio do aplicativo Vosviewer.

Figura 1 – Temas interligados à competência e acesso à informação

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Na amostra da pesquisa, foram encontradas 47 palavras-chave indicadas pelos autores dos textos selecionados. Com base na Figura 1, entre os termos, as expressões “competência em informação” e “acesso à informação” aparecem com maior incidência de conexão, ou seja, são os dois principais núcleos de abordagem. Elas representam a frequência de emprego do verbete e a força de relação com os demais assuntos abordados nos estudos. Quanto mais evidenciados e próximos os grupos de termos aparecem, maior é sua conexão. É possível perceber que as arestas que ligam a rede dos termos principais, ou seja, de maior incidência, estão conectadas a assuntos que dizem respeito à vulnerabilidade social, desinformação, competência crítica em informação, biblioteca universitária e agenda 2030.

Essa configuração apresentada pela rede de termos (Figura 1) evidencia que a transparência não deve ser compreendida como um conceito universal ou estritamente técnico, uma vez que sua efetividade está condicionada às capacidades e limitações de quem acessa a informação. A presença de termos como “vulnerabilidade social” e “desigualdade de gênero” permite inferir que o acesso à informação é permeado por barreiras socioeconômicas, culturais e estruturais que afetam diferentes grupos sociais.

Outro aspecto relevante é a centralidade dos termos “competência em informação” e “acesso à informação”, demonstrando a estreita relação entre esses conceitos. Essa associação é reforçada pela presença do termo “Agenda 2030”, conectado à “competência crítica em informação”. Considerando que a Agenda 2030 contempla objetivos voltados à educação, à cidadania e ao fortalecimento das instituições, a configuração da rede (Figura 1) permite relacionar os resultados especialmente ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 (Educação de Qualidade), que visa garantir o acesso à educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), que promove o acesso à informação e o fortalecimento institucional (ONU, 2015). Nesse contexto, a análise evidencia que a competência em informação pode atuar como instrumento de cidadania, principalmente em espaços marcados por vulnerabilidades sociais, como o dos “estudantes quilombolas”.

Nos ambientes informacionais digitais, a rede de termos revela que a competência em informação se configura como um elemento fundamental para o enfrentamento dos riscos associados à “cultura digital”, atuando como mecanismo de prevenção à desinformação. Observa-se, ainda, que essa competência é desenvolvida em processos formativos que abrangem diferentes contextos institucionais, incluindo bibliotecas universitária, escolares e públicas.

Diante dessa análise, percebe-se que é imprescindível considerar as assimetrias sociais e educacionais dos indivíduos em estudos sobre ambientes informacionais. Não basta assegurar a disponibilidade de dados e informações; é necessária promover condições de acessibilidade e o desenvolvimento de competências que possibilitem a efetiva apropriação da informação para a transformação social.

Na seção seguinte, é apresentada uma reflexão mais aprofundada que congrega a dimensão teórica de competência em informação e o direito de acesso à informação, buscando criar uma ponte entre eles e suas conexões com questões e temas discutidos nos trabalhos selecionados, conforme foi possível observar na Figura 1.

5 A competência em informação e a conexão com o direito de acesso à informação

Como afirmam Vitorino e Pinho Neto (2023), a competência em informação, vista como um fenômeno complexo, envolve a prática de informação, incluindo contextos e pessoas e que podem ser desenvolvidas em torno de estruturas adequadas à educação para informação, de tal forma a estimular visões críticas sobre as interações sociais cotidianas do indivíduo. Em colaboração com tal visão, o acesso à informação e o uso que as pessoas fazem da informação, como essencial à vida em sociedade, é uma prioridade social. Por isso, é importante tratá-los em conexão com a perspectiva da competência informacional (Vitorino; Pinho Neto, 2023).

Sob este enfoque, serão descritas as principais concepções apresentadas por pesquisadores que observaram essas duas temáticas em seus estudos, a fim de alcançar o objetivo deste estudo.

De acordo com Angelo (2021), na sociedade contemporânea, o acesso à informação, assim como o conhecimento de legislação, à exemplo da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Brasil, 2018), contribui para o empoderamento do indivíduo e para a construção de uma consciência crítica. No entanto, é importante mencionar que, “[...] por meio do simples acesso, certamente o usuário não será capaz de dominar o universo informacional” (Angelo, 2021, p. 2). Segundo essa autora, a competência crítica em informação deve ser motivada para que os indivíduos sejam capazes de exercerem o seu direito em relação à proteção de seus dados, conforme aduz a LGPD (Brasil, 2018).

Miranda e Alcará (2022), com base em um estudo que discute o papel da competência em informação associado ao acesso à informação, apontam que, na sociedade atual, o acesso de minorias à informação é desigual, principalmente quando comparadas as condições de acesso das mulheres em relação aos homens. O estudo que trata sobre os direitos sexuais e reprodutivos de mulheres, ou seja, das condições de escolha associadas à autonomia, planejamento familiar e sexualidade, destaca que a falta de informação relevante pode afetar negativamente as decisões dos indivíduos, tal como as de mulheres.

Segundo Miranda e Alcará (2022), as ações da competência em informação, na perspectiva social e multidimensional, possuem responsabilidade com o acesso à informação, sobretudo para construção de políticas públicas e viabilização de debates sobre o tema, a fim de favorecer o alcance de melhores condições em relação aos direitos e posicionamento do indivíduo em sociedade. Ainda sobre a configuração do

enfrentamento das desigualdades, Miranda e Alcará (2023) argumentam:

[...] a competência em informação, enquanto área que estuda aspectos relacionados à busca e uso da informação, pode se relacionar com as teorias feministas, visando promover uma formação humana e emancipatória aos sujeitos (Miranda; Alcará, 2023, p. 13-14).

O acesso aos recursos informacionais, nessa dimensão, é reconhecido como fator que auxilia na sensibilização dessas comunidades e que permeia as relações sociais entre homens e mulheres.

Para Brito, Belluzzo e Valentim (2020, p. 659), a competência em informação é uma condição necessária que pode modificar “[...] a relação que as pessoas têm com o acesso à informação e com a informação em si”. Ela se revela como um suplemento necessário que promove uma melhor compreensão da abrangência do universo informacional. Sua relevância pode ser observada, por exemplo, em um ambiente organizacional em duas perspectivas: no ambiente interno, contribui para a tomada de decisões ou na formação continuada de profissionais; no ambiente externo, beneficia aos usuários pela aprendizagem ao longo da vida, sendo uma potencializadora do acesso, filtragem e avaliação da informação (Brito; Belluzzo; Valentim, 2020). As autoras alertam para que o princípio social da igualdade do acesso à informação esteja presente nas ações dos profissionais que mediam a informação, já que a fragilidade humana é uma realidade na sociedade, sobretudo sob a perspectiva da vulnerabilidade social.

Sob o ponto de vista da vulnerabilidade social, Pellegrini e Vitorino (2022) discutem as contribuições do desenvolvimento da competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais, visto que elas têm “[...] menos acesso a recursos produtivos, serviços e oportunidades, incluindo educação e informação agrícola” (Pellegrini; Vitorino, 2022, p. 95).

Se as mulheres precisam alcançar seu lugar de direito no sistema socioeconômico e político do país, é essencial que tenham acesso à gigantesca e crescente base de informações que circundam o mundo. A competência em informação de mulheres rurais é uma das ferramentas que possibilita desenvolverem as habilidades para fazerem melhores escolhas nos assuntos que as afetam, tornando-as autossuficientes e com maior autoestima (Pellegrini; Vitorino, 2022, p. 105).

Segundo as pesquisadoras, há pelo menos três fatores que favorecem e estão associados diretamente à competência em informação: “o acesso à informação, o uso das TICs e, a alfabetização ligada à aprendizagem ao longo da vida” (Pellegrini;

Vitorino, 2022, p. 105). Entretanto, assim como para a população rural, há diversas barreiras associadas ao acesso à informação e à comunicação na realidade social brasileira, como o analfabetismo, língua minoritária e falta de recursos que afetam parte da população e intensificam a assimetria de informação.

Baseado em uma leitura sobre a competência em informação e formação para cidadania, Campos e Gerlin (2022) analisam como as competências no campo da informação contribuem no processo de formação “crítica” do cidadão. Segundo as autoras,

o pleno acesso à informação alicerçado em uma consciência crítica e ética, na valorização do outro e no reconhecimento do indivíduo como ser social conflui diretamente à imagem do ser competente em informação (Campos; Gerlin, 2022, p. 11).

Nesse sentido, o direito de acesso à informação pública, conquistado ao longo do desenvolvimento da sociedade para sua plenitude, exige do cidadão uma maturidade humana, isto é, competências e habilidades que o instrumentalize para uma atitude crítica capaz de questionar e refutar ideias impostas com base em conhecimento próprio.

Almeida Junior (1997, p. 21, *apud* Campos; Gerlin, 2022, p. 3) salienta que “[...] a informação é necessária para que a pessoa possa exercer seus direitos de ‘cidadão’. A cidadania não existe sem informação”. Isso significa que a informação útil é um indutor do exercício ativo da cidadania, uma vez que essa partilha das práticas do uso e do acesso à informação.

Santos *et al.* (2020) reconhecem que, embora o acesso à informação seja um direito fundamental e necessário para exercer a cidadania, tal direito ainda não é plenamente praticado, visto que há desafios culturais, políticos e estruturais. Por isso, há a necessidade de melhorar o monitoramento dessas questões pelas instituições competentes e pelos próprios cidadãos. Os pesquisadores destacam que a análise do acesso à informação pode ser vista em cinco componentes interligados.

- 1. legislação e normas:** fundamentação legal e normativa que rege os direitos e deveres dos cidadãos e das instituições;
- 2. produtor da informação:** conformidade legal das ações das instituições;
- 3. processamento e disponibilidade da informação:** formas de organização e meios de concessão de acesso, atenção à acessibilidade;
- 4. necessidade de informação:** requerimento da sociedade no que respeita ao acesso às informações governamentais;
- 5. monitoramento social:** manifestação da sociedade quando da não

aderência dos governos aos requisitos de transparência e acesso (Santos *et al*, 2020, p. 235, grifo nosso).

Já para Costa e Correio (2021), que investigaram a contribuição da competência crítica em informação nas práticas dos estudantes quilombolas, o acesso à informação é uma problemática enfrentada por esses sujeitos. Os impedimentos que circundam o acesso à informação são aqueles construídos pelas questões das desigualdades sociais e culturais, como a “[...] falta de disponibilidade de internet, pouco conhecimento em usar equipamentos e o acesso aos serviços oferecidos, essas questões são reflexas da carência de tecnologias no cotidiano das comunidades” (Costa; Correio, 2021, p. 417).

A competência no combate à desinformação é outro tema identificado por meio do material recuperado para esse estudo. De acordo com o estudo de Volotão e Moraes (2022), o comportamento do cidadão diante da produção volumosa de informações exige que o indivíduo esteja cada vez mais capacitado para ser capaz de satisfazer suas necessidades de maneira crítica e responsável. Se as tecnologias proporcionam facilidade e agilidade no acesso a informações, “discutir maneiras de filtrar as informações às quais se tem acesso, e saber distinguir aquelas confiáveis daquelas que são falsas ou imprecisas” (Volotão; Moraes, 2022, p. 3) é, atualmente, imprescindível. Nesse contexto, as bibliotecas, para Volotão e Moraes (2022), são vistas como ambientes de fomento às iniciativas educacionais que promovem oportunidades voltadas ao desenvolvimento de competências em informação. No trabalho das pesquisadoras foram identificadas algumas ações associadas à biblioteca e consideradas importantes para combater a desinformação: a conscientização por meio de website, desenvolvimento de coleções e apoio à pesquisa, instruções sobre como avaliar a informação e prevenir o plágio e o compartilhamento das melhores práticas em conferências e fóruns (Volotão; Moraes, 2022).

Ainda na perspectiva da competência em informação e o combate à desinformação associada ao direito do acesso à informação, Lima, Batista e Oliveira (2023) correlacionam essas temáticas com as ações do ColInfo e a Agenda 2030 (ONU, 2015). Os autores apresentam sugestões com base nas ações do ColInfo comuns às bibliotecas e arquivos que podem ser implementadas no combate a desinformação, tais como: ofertar cursos e palestras sobre inclusão digital e cultura com respeito à diversidade; promover debates sobre temas como respeito à vida,

solidariedade e saúde na prevenção de riscos de doenças; desenvolver ações de cidadania; executar ações formativas de competência em informação; realizar ações abertas em publicações científicas; e implementar ações de combate à fake news e à desinformação (Lima; Batista; Oliveira, 2023).

A preocupação em facilitar o acesso à informação é uma temática reconhecida como essencial, assim como a aquisição/construção da competência em informação. Couzinet, Lara e Kobashi (2022) expõem a complexidade do acesso à informação e os desafios a ele subjacente. Para as autoras, é necessário questionar as ações desenvolvidas pelos profissionais e pelos poderes públicos para caminhar em direção a competência em informação numa sociedade que é cada vez mais interconectada. Além disso, numa sociedade em que saber lidar com informação é uma competência principal, é necessário questionar-se: “[...] como contribuir para reduzir a distância entre os que possuem e os que não possuem as competências que permitem transformar informação em conhecimento?” (Couzinet; Lara; Kobashi, 2022, p. 15).

De acordo com Silva *et al.* (2020), a competência em informação é parte integrante dos modelos de gestão de pessoas e da aprendizagem organizacional significativa. A gestão de pessoas atua na capacitação, no desenvolvimento de habilidades e na identificação de competências, enquanto a aprendizagem organizacional significativa, campo multidisciplinar do conhecimento que abrange áreas como a cultura e o desenvolvimento organizacional, busca novos conhecimentos, formais e informais, passíveis de serem atribuídos no cotidiano da organização (Silva *et al.*, 2020).

De acordo com a pesquisa de Silva *et al.* (2020), essas áreas são importantes no auxílio das atividades dos bibliotecários, enquanto gestores da informação, atuantes em bibliotecas, porque ajudam a “[...] democratizar o acesso à informação, capacitando usuários para o seu uso crítico, além de lhes proporcionar condições do exercício da cidadania” (Silva *et al.*, 2020, p. 179). Segundo a fundamentação apresentada por Silva *et al.* (2020), o compartilhamento da informação e a geração de conhecimento em sociedade contribui para a reflexão, a crítica e a construção de ideias.

Correia, Belchior e Fialho (2021), no estudo sobre o papel da mediação da informação na biblioteca escolar, destacam que o acesso à informação e a ampliação do conhecimento no ambiente da biblioteca escolar proporcionam maiores habilidades

e competências nos sujeitos. A perspectiva do acesso à informação nos espaços das bibliotecas considera que o incentivo à leitura contribui “[...] para a formação de sujeitos mais críticos e reflexivos” (Correia, Belchior; Fialho, 2021, p. 111). Contudo, o acesso à informação não cabe apenas aos muros das bibliotecas, uma vez que ele é tão importante quanto o conhecimento baseado nas experiências cotidianas, como o conhecimento de mundo e interação social.

Silva e Spudeit (2021) chamam atenção para a dificuldade das pessoas com deficiência visual em relação ao acesso à informação. De acordo com as autoras, mesmo após o avanço legal no que diz respeito à regulamentação de leis, pessoas com deficiência tendem a ser excluídas, violando-se o seu direito de acesso à informação. No ambiente das bibliotecas, as barreiras associadas a essa exclusão dizem respeito à “[...] ausência de formação e competência dos bibliotecários para atender necessidades específicas, cultura organizacional no que tange ao entendimento dos direitos constitucionais, do processo de inclusão e sua implantação, assim como problemas de comportamentos antiéticos no atendimento a esse público” (Silva; Spudeit, 2021. p. 2).

A competência em informação, para Vilhena (2020), diz respeito a um conjunto de habilidade, valores e atitudes que ajudam o indivíduo a lidar com problemas sociais, a exemplo do excesso da informação. Para a autora, além de um processo de aprendizagem para saber usar a informação de modo eficaz, a competência em informação em momentos desafiadores, como foi a disseminação do vírus COVID-19, quando houve a propagação de *fake news* em larga escala, “[...] mostra-se como uma atitude de sobrevida diante de tantas informações desconstruídas e tendenciosas que assaltam a dignidade humana” (Vilhena, 2020, p. 3).

No que se refere à promoção do acesso à informação para a saúde e diante da proliferação de *fake news* e desinformação, “[...] a pesquisa em *sites* institucionais é condição *sine qua non* para acesso à informação legítima” (Viola; Brisola; Vetter, 2021, p. 13). Viola, Brisola e Vetter (2021) esclarecem que as questões que circundam a inclusão de minorias sociais, transparência e acesso público à informação para serem alcançadas perpassam as capacidades e limitações dos indivíduos. Por isso, torna-se cada vez mais necessário viabilizar a inclusão e a transparência por meio de informação acessível e desenvolver práticas educativas que potencializem a competência em informação.

Bezerra, Veras e Silva (2023) refletem sobre o ato pedagógico de ensinar, evidenciando que essa ação exige do professor a competência de saber tratar e lidar com a informação. Nesse sentido, Bezerra, Veras e Silva (2023) destacam a importância da formação continuada no processo formativo do professor no tocante à competência informacional, de modo específico na dimensão da cultura digital. Segundo esses autores, para que esse profissional acompanhe as transformações tecnológicas, é fundamental não somente o desenvolvimento de habilidades associadas a tecnologias, mas também “[...] para as questões que cercam o acesso, a disseminação e uso da informação na contemporaneidade, uma vez que na sociedade da informação, a principal competência do professor é saber utilizar a informação para o conhecimento no processo de ensino-aprendizagem” (Bezerra; Veras; Silva, 2023, p. 11).

Diante das considerações expostas, os resultados evidenciam que a transparência pública, embora venha se consolidando e encontre nos ambientes digitais meios que favoreçam sua disseminação, tem sua efetividade diretamente relacionada à competência em informação.

A literatura revisada demonstra que o simples acesso aos dados não elimina as barreiras da vulnerabilidade social, da desinformação e da exclusão digital que afetam tanto grupos socialmente vulneráveis quanto a população em geral. Embora o arcabouço legal, como a Lei de Acesso à Informação e a Política de Dados Abertos, assegure a disponibilidade das informações públicas, as evidências identificadas nas obras científicas analisadas reforçam que o acesso, por si só, não é suficiente para mitigar vulnerabilidades sociais nem para garantir a compreensão e o uso adequado da informação.

Nesse contexto, a transparência efetiva somente se concretiza quando a capacidade crítica e reflexiva dos indivíduos é estimulada e desenvolvida, permitindo que a informação acessada seja transformada em conhecimento útil para o exercício da cidadania ativa. Sem essa dimensão humana e educacional, a transparência corre o risco de permanecer restrita a uma perspectiva meramente formal e instrumental, enquanto os ambientes informacionais digitais podem se converter em ambientes propícios à desinformação, em vez de promoverem o esclarecimento e a participação cidadã. Dessa forma, compromete-se o objetivo fundamental das políticas públicas de informação: contribuir para a transformação social.

6 Considerações finais

Alicerçando-se na questão primária desta reflexão – sobre em que medida apenas o direito de acesso é insuficiente para garantir a sua transparência na perspectiva do ambiente informacional digital –, esta reflexão levou ao diálogo com questões empíricas e teóricas que, na sociedade contemporânea, se relacionam com a informação, com a historicidade da humanidade, com a ascensão das TICs atribuída e renovada pelo contexto de cada época e a noção de competências no uso crítico e ético da informação.

É consenso que, ao longo do tempo, as tecnologias e o surgimento de novos canais de comunicação ampliaram as possibilidades de acesso, possibilitando a informação chegar a indivíduos e comunidades de modo cada vez mais intenso, principalmente no que se refere ao ambiente virtual. Mudanças históricas, que vão desde o estabelecimento dos direitos humanos até a instituição de mecanismos de fomento a políticas de informação, como é o caso da Lei de Acesso à Informação, vêm promovendo transformações na gestão pública, seja por força legal ou por exigência social, na busca por transparência.

Outra reflexão é que a generalização e a introdução de novos meios de comunicação permitem, em grande medida, superar algumas limitações, como a adequação a regulamentos e leis. No entanto, novos desafios, não menos problemáticos, se apresentam sobretudo pela comunicação tecnológica desde a penetração intensa da internet (Ilharco, 2003). A transparência se torna ilusória quando o propósito é apresentar mais informação sem compromisso, qualidade ou representá-la de forma apenas formal, tão somente para cumprir atos legais, sem considerar o sujeito e seu contexto. Essa afirmação pode ser observada diante do diálogo estabelecido entre os autores que integram o recorte desse estudo.

O termo “competência” foi aqui observado sob a perspectiva da expressão “acesso à informação” e o movimento social que o impulsiona. Observa-se que as questões sociais que interligam essas temáticas têm sido marcadas por problemáticas que impactam na sociedade e que nos levam a ponderar não apenas os processos dessa conexão com a tecnologia, mas também para questões intersubjetivas que as circundam. O poder de viabilização do acesso coloca em evidência questões sobre a proteção de dados pessoais, o enfrentamento as desigualdades de acesso,

vulnerabilidade social, as dificuldades enfrentadas por pessoas com limitações, a exemplo dos deficientes visuais, excesso de informação, fake news e os desafios culturais, políticos e estruturais. Por outro lado, demonstra-se a importância da educação continuada, do exercício ativo da cidadania, da competência crítica, das ações dos profissionais da informação e principalmente da competência em informação como aliada que potencializa o acesso e a transparência.

Por isso, pode-se dizer que, na conjuntura social atual, não basta dispor apenas de recursos tecnológicos, já que o acesso é facilitado pelas novas possibilidades tecnológicas. Ou seja, não basta a abertura de novas portas/meios de comunicação para ter cada vez mais acesso à informação. Se não há competência e informação útil, isso pode se tornar falacioso, uma vez que o indivíduo precisa conhecer em profundidade o contexto em que está inserido para poder se posicionar diante das grandes questões e problemas contemporâneos. A capacidade de crítica e reflexão precisam ser educadas e privilegiadas, pois continuam sendo o desafio da nossa modernidade. Além disso, ainda é fator limitador a ascensão de categoria/grupo de pessoas invisibilizadas que vivem às margens da vulnerabilidade social.

É preciso compreender que a competência em informação para a cidadania se insere em um ciclo contínuo e dinâmico, comprometido com o acesso e a transparência. O conceito de cidadania, bem como o ser cidadão na contemporaneidade, vai além do desempenho e da definição de um papel constitucional de direitos e deveres. Trata-se de um valor moral.

É a informação útil e de qualidade que permite o indivíduo entender a realidade em que está inserido, que permite compreender direitos e deveres e que possibilita desenvolver capacidades como a compreensão e a análise crítica. Tudo isso é necessário para viabilizar o debate entre pares ou com outros cidadãos. Se há apenas o acesso e a transparência, mas inexistente o aspecto político, social e humano, essa informação não será capaz de produzir mudanças. A falta de competência na informação, portanto, representa um entrave para a construção de cidadania ativa, não torna o sujeito capaz de ressignificar as informações e não propicia a transformação social, além de gerar uma barreira para a apropriação, acesso e transparência da informação.

Referências

- ANGELO, Edna da Silva. Lei geral de proteção à dados pessoais como elemento da agenda 2030: acesso à informação e desenvolvimento de competência crítica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 26, n. 3, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/168716>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. Mediações digitais. **Data Grama Zero**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2009. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/6933>. Acesso em: 6 fev. 2025.
- BEZERRA, Fabio Araújo; VERAS, Jefferson Nunes; SILVA, Andréa Soares Rocha. Cultura digital na BNCC: necessidade da competência em informação para o processo formativo do professor. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 17, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/222660>. Acesso em: 11 jun. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 11.529, de 16 de maio de 2023**. Institui o Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal e a Política de Transparência e Acesso à Informação da Administração Pública Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11529.htm. Acesso em: 05 jun. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016**. Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8777.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 11 jan. 2024.
- BRITO, Tânia Regina; BELLUZZO, Regina Celia Baptista; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. A influência do ambiente organizacional no desenvolvimento de um programa de competência em informação: o caso de uma biblioteca pública. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 4, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/152230>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- CAMPOS, Erica Silva; GERLIN, Meri Nádia Marques. Competência em informação e formação para cidadania: uma revisão de literatura na base de dados brapci. **Revista EDICIC**, San Jose, v. 2, n. 4, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/258895>. Acesso em: 05 jun. 2024.
- CORREIA, Erica Mariza; BELCHIOR, Cleide Aparecida Freires; FIALHO, Janaina Ferreira. O papel da mediação da informação na biblioteca escolar. **Biblioteca**

Escolar em Revista, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/160992>. Acesso em: 07 jun. 2024.

COSTA, Maria Ivone Maia; CORREIO, Renata Lira Furtado. As contribuições da competência crítica em informação nas práticas informacionais de estudantes quilombolas no ensino superior: relato de pesquisa. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/169698>. Acesso em: 05 jun. 2024.

COUZINET, Viviane; LARA, Marilda Lopes Ginez; KOBASHI, Nair Yumiko. Rumo a uma sociedade do saber: abordagem etno-informacional da cultura da informação. **Convergência em Ciência da Informação**, São Cristóvão, v. 5, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/207185>. Acesso em: 07 jun. 2024.

DUMER, Luciana; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Bibliotecas contemporâneas: dos processos técnicos à busca por competências informacionais. **Páginas a&b: Arquivos e Bibliotecas**, Porto, n. 13, p. 220-233, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/6634>. Acesso em: 4 fev. 2024.

HAN, Byung-Chul. **No enxame**: perspectivas do digital. Tradução Lucas Machado. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2018.

ILHARCO, Fernando. **Filosofia da Informação**: uma introdução à informação como fundação da acção, da comunicação e da decisão. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2003.

LIMA, Débora Solange Oliveira; BATISTA, Iane Maria da Silva Batista; OLIVEIRA, Hamilton Veira. Reflexões sobre a competência em informação nos arquivos, o combate à desinformação e a relação com a agenda 2030. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Florianópolis, v. 37, n. 2, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/255880>. Acesso em: 06 jun. 2024.

MACIEL, Caroline. **Fundamentos da Transparência Pública**: informação, participação e dados abertos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2022.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e Elaboração de Trabalhos Monográficos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Debates iniciais sobre o papel da competência em informação no acesso à informação sobre direitos sexuais e reprodutivos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, Porto Alegre. **Anais [...]**, Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/202136>. Acesso em: 04 jun. 2024.

MIRANDA, Ana Maria Mendes; ALCARÁ, Adriana Rosecler. Enfrentamento a desigualdade informacional de gênero: ações de competência em informação promovidas em bibliotecas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM

CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23, Aracajú. **Anais [...]**, Aracajú: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/257982>. Acesso em: 04 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, DF: ONU Brasil, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 6 jun. 2026.

PAGE, Matthew; MCKENZIE, Joanne; BOSSUYT, Patrick; BOUTRON, Isabelle; HOFFMANN, Tammy; MULROW, Cynthia; SHAMSEER, Larissa; TETZLAFF, Jennifer; AKI, Elie; BRENNAN, Sue; CHOU, Roger; GLANVILLE, Julie; GRIMSHAW, Jeremy; HRÓBJARTSSON, Asbjorn; LALU, Manoj; LI, Tianjung; LODER, Elizabeth; MAYO-WILSON, Evan; MCDONALD, Steve; MCGUINNESS, Luke; STEWART, Lesley; THOMAS, James; TRICCO, Andrea; WELCH, Vivian; WHITING, Penny; MOHER, David. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Publica**, [S.l.], v. 46, 2022. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9798848/>. Acesso em: 04 jun. 2024.

PELLEGRINI, Eliane; VITORINO, Elizete Vitorino. Contribuições da competência em informação para o empoderamento de mulheres rurais: uma visão teórica. **Bíblios**, Florianópolis, n. 85, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/253531>. Acesso em: 4 jun. 2024.

ROSSI, Ricardo Costa; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Globalização de serviços para a cidadania: uma revisão bibliográfica sobre a infoexclusão no Brasil. **Páginas A&B**, Porto, n. 13, p. 33-45, 2020. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/6835>. Acesso em: 4 fev. 2024.

SANTOS, Vanderlei Batista dos; MELO, Josemar Henrique de; GARCIA, Gabriela; DANTAS, Aurora Maia; ESTEVES, Rita de Cássia São Paio de Azevedo. Transparência e informação pública. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Butantã, v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/150745>. Acesso em: 4 jun. 2024.

SCHNEIDER, Marco. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco; PIMENTA, Ricardo; SALDANHA, Gustavo Silva (org.). **Ikritica: estudos críticos em informação**. Rio de Janeiro: Garamound, 2019. p. 73 -116.

SILVA, Arlete Ferreira; SPUDEIT, Daniela. A oferta de serviços informacionais acessíveis para pessoas cegas em bibliotecas universitárias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/164875>. Acesso em: 4 jun. 2024.

SILVA, Rafaela Carolina da; JESUS, Miriam Fernandes; GUTIERREZ, Vania Cristina Pastri; BELLUZZO, Regina Célia Baptista; REIS, Daniela Pereira. Articulação entre a competência em informação, a gestão de pessoas e a aprendizagem organizacional significativa: uma reflexão sobre novas condutas aplicáveis às bibliotecas públicas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 2, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/142054>. Acesso em: 4 jun. 2024.

VILHENA, Claudia Maria Alves. Inter-relação entre competência em informação e a covid-19. **Biblionline**, João Pessoa, v. 16, n. 3/4, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/156908>. Acesso em: 6 jun. 2024.

VIOLA, Carla Maria Martellote; BRISOLA, Anna; VETTER, Silvana Maria de Jesus. Informação pública, saúde e a Agenda 2030: averiguação sobre a disponibilização das normativas governamentais brasileiras no combate ao novo CORONAVÍRUS. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/192919>. Acesso em: 7 jun. 2024.

VITORINO, Elizete. Vieira; PINHO NETO, Júlio Afonso Sá de. Indicadores sociais e de vulnerabilidade social: características e possíveis usos na avaliação da competência em informação. **Perspectivas Em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 28, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/42513>. Acesso em: 4 jun. 2024.

VOLOTAO, Carina; MORAES, Marielle Barros de. A promoção da competência em informação para a prevenção e controle da desinformação na universidade: o papel das bibliotecas universitárias. **Revista EDICIC**, San Jose, v. 2, n. 3, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/#/v/258913>. Acesso em: 6 jun. 2024.

Literacy as an ally of access to information in the context of digital information environments

Abstract

Objective: This article aims to discuss to what extent only the right of access, as a possibility of reaching information, might fall short of ensuring the effectiveness of transparency from the perspective of the digital information environment. **Methodology:** Regarding the characterization of the research, it is a qualitative and exploratory study, whose results are based on the literature review analyzed from the Brapci database, involving themes about information literacy, access to information, and transparency. **Results:** The results demonstrate that new digital information environments allow, to a large extent, overcoming limitations. However, they appear to be superficial and mechanical in providing more information without social commitment or representing transparency only through formal conduct without quality. We consider that the right to access information finds challenges in the face of issues such as social vulnerability, the difficulties encountered by people with limitations, excess information and illiteracy. On the other hand, it is evident the importance of continuing education, the active citizenship exercise, critical competence, and the actions of information professionals. and mainly information literacy as an ally that combats disinformation, enhancing access and transparency. **Conclusions:** We conclude that the lack of information literacy is a limiter for access to information and the construction of active citizenship.

Descriptors: Information Literacy. Transparency. Law of Access to Information. Digital Information Environments.

La competencia como aliada del acceso a la información en el contexto de los entornos informativos digitales

Resumen

Objetivo: el objetivo de este artículo es debatir hasta qué punto el derecho de acceso por sí solo, como medio de acceder a la información, puede resultar insuficiente para garantizar la eficacia de la transparencia desde la perspectiva del entorno de la información digital.

Metodología: se trata de un estudio cualitativo y exploratorio, cuyos resultados se basan en una revisión de literatura realizada en la base de datos Brapci, abarcando temas como alfabetización informacional, acceso a la información y transparencia. **Resultados:** los resultados muestran que los nuevos entornos de información digital permiten, en gran medida, superar las limitaciones. Sin embargo, son superficiales y mecánicas en su propósito de brindar más información sin compromiso social o representar transparencia sólo a través de una conducta formal sin calidad. Se considera que el derecho de acceso a la información enfrenta desafíos ante cuestiones como la vulnerabilidad social, las dificultades que enfrentan las personas con limitaciones, el exceso de información y el analfabetismo. Por otra parte, se evidencia la importancia de la educación continua, del ejercicio activo de la ciudadanía, de la competencia crítica, de la actuación de los profesionales de la información y especialmente de la competencia informativa como aliada en el combate a la desinformación, potenciando el acceso y la transparencia. **Conclusiones:** se concluye que la falta de competencia informativa es una limitación para el acceso a la información y para la construcción de una ciudadanía activa.

Descriptores: Alfabetización informativa. Transparencia. Ley de acceso a la información. Entornos de información digital.